



Aprovado refinanciamento para agricultores e caminhoneiros

Medida que passou ontem em Plenário beneficia quem tem dívidas com o crédito rural e quem pegou empréstimo do BNDES para comprar caminhões

A proposta aprovada ontem atende uma antiga reivindicação de pequenos produtores, ao permitir o abatimento de grande parte dos débitos com o crédito rural. Os mais beneficiados estão na área de atuação da Sudene. Só no Nordeste, mais de 1 milhão de agricultores familiares serão alcançados pela medida. Já os caminhoneiros que tomaram empréstimos do BNDES até o fim do ano passado para a compra de veículos, reboques e bens semelhantes ganharam prorrogação de prazo, até 30 de dezembro, para refinanciar as dívidas. **3**



Em sessão plenária presidida por Renan (à mesa, ao centro), senadores aprovaram projeto decorrente de medida provisória que agora vai à sanção presidencial

Jonas Pereira/Agência Senado

June de Araújo/Agência Senado



Senadores Lira e Anastasia deixam STF após reunião com ministro Lewandowski

Comissão do Impeachment anuncia na terça-feira duração do processo

O presidente da Comissão Especial do Impeachment, Raimundo Lira, afirmou que o cronograma de trabalho será concluído na terça-feira, com perspectiva de o processo durar menos que o prazo máximo, de 180 dias. Lira e o relator,

Antonio Anastasia, se reuniram com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que comanda a segunda fase dos trabalhos. A presidente afastada, Dilma Rousseff, deve apresentar a defesa até o fim do mês. **5**

Paraíba ganha novo prazo para fazer empréstimo

Segue para promulgação a reabertura do prazo de 540 dias para a Paraíba contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 23 milhões, destinados a financiar parcialmente programa para desenvolvimento do turismo. **3**

Avança projeto que normatiza controle de gastos

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o “projeto da qualidade fiscal”, que estabelece novo modelo de elaboração de orçamentos públicos e normas gerais para controle dos gastos e da contabilidade governamental. **4**

CPI do HSBC deverá pedir ao governo rapidez na investigação

Ricardo Ferraço apresentou ontem seu relatório à CPI do HSBC, que deverá ser votado na semana que vem. O relatório cobra de entidades

como Polícia Federal e Banco Central rapidez na apuração da suspeita de que brasileiros têm contas não declaradas na Suíça. **7**



Observado por Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço apresenta seu relatório

Roque de Sá/Agência Senado

Criado grupo para atualizar a principal lei da educação **8**

Texto incentiva dessalinização da água do mar **7**

Regiões carentes poderão ter mais recursos do Fies **8**

Três suplentes tomam posse como senadores **4**

Setor aéreo se preocupa com taxas e demissões

A medida provisória que aumenta a possibilidade de participação estrangeira nas companhias aéreas brasileiras de 20% para 49% foi considerada positiva pelos empresários do setor, que esperam aumento de competi-

tividade, mas negativa pelos aeroportuários, que temem demissões. As categorias foram ouvidas ontem em debate na comissão mista sobre a MP 714/2016. Também foi discutida a extinção do adicional de tarifa aeroportuária. **6**



Representantes de empresas aéreas e de trabalhadores debateram MP que extingue adicional de tarifa aeroportuária

Roque de Sá/Agência Senado

Presidente da CMO tem pressão em votar meta fiscal

Projeto enviado pelo governo Dilma altera resultado primário de 2016, de R\$ 24 bilhões de superávit para R\$ 96,7 bilhões de déficit. Parlamentares devem escolher hoje relator da proposta na comissão

O DEPUTADO ARTHUR Lira (PP-AL) foi eleito ontem presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ele foi confirmado após semanas de negociação entre os partidos.

Lira anunciou que o próximo passo é indicar o relator do PLN 1/2016, que altera a meta de resultado primário de 2016, que sai de superávit de R\$ 24 bilhões para déficit de até R\$ 96,7 bilhões. O relator pode ser deputado ou senador.

Hoje os líderes da CMO vão se reunir para discutir a votação do projeto. Também devem analisar a indicação dos relatores para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e para o projeto de lei orçamentária anual. Os nomes devem ser indicados até o dia 24. O senador Wellington Fagundes (PR-MT) é o nome mais cotado para a LDO.

Sobre a possibilidade de o PLN 1/2016 ser analisado diretamente em sessão do Congresso, Lira disse que é melhor que ele seja apreciado pela comissão.

— Votar aqui é melhor, porque evita que vá para o Plenário, onde é mais difícil haver consenso — explicou.

A pressão do novo presidente tem o apoio de outros integrantes do colegiado.

— É muito importante que a comissão cumpra suas atribuições — ressaltou o deputado Milton Monti (PR-SP), pedindo que os partidos não obstruam a votação da proposta.

A meta de resultado primário da União está prevista na LDO. O projeto que altera o valor foi enviado em março pelo governo Dilma, que reconheceu que o ano será de déficit fiscal, e está sendo encampado pelo presidente interino, Michel Temer.

A aprovação do PLN 1/2016 evitará que o Executivo tenha

de promover até o final deste mês um grande contingenciamento sobre as despesas não obrigatórias para ajustar as contas públicas à meta oficial. O novo bloqueio afetaria investimentos em execução.

Entre janeiro e março, o governo federal acumulou déficit primário de R\$ 15,1 bilhões. As receitas caíram 3% em comparação com o primeiro trimestre de 2015. Já as despesas cresceram 5,2%. Neste ano, o governo já fez um contingenciamento de R\$ 48,8 bilhões, o que corresponde a 35,8% das despesas não obrigatórias do Orçamento.

(Da Agência Câmara)



Presidente da CMO, Arthur Lira (C): é mais fácil chegar a consenso na comissão

Parceria produtor rural-indústria tem novas regras

Foi publicada ontem uma nova lei que regulamenta a integração entre produtores rurais e indústria. A medida visa dar segurança para que os dois setores firmem parcerias que aumentem a eficiência da produção agropecuária.

A Lei 13.288/2016 tem origem no PLS 330/2011, aprovado pelo Senado no fim de abril, na forma do Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 2/2016.

A oferta de produtos agropecuários muitas vezes envolve disputas judiciais entre o produtor rural e a indústria, devido à falta de uma lei que regulamente as relações entre esses agentes. São motivo de litígio, por exemplo, fornecimento de insumos, dívidas financeiras e descumprimentos de prazos.

A lei cria um padrão de contratos que diminui as divergências e permite tornar o processo produtivo mais ágil e eficiente. O texto original é da senadora Ana Amélia (PP-RS) e o substitutivo é do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC).

O relator, Dário Berger (PMDB-SC), explicou que, nas últimas décadas, a atividade agropecuária no Brasil

se modernizou e passou por grandes transformações, mas o arcabouço legal do país não acompanhou esse processo.

— É preciso estabelecer regras, limites e procedimentos para esses contratos de integração. O resultado será benéfico para todos — avaliou.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), o projeto beneficia as duas partes:

— É um passo que a agricultura brasileira dá no relacionamento entre setor produtivo e a área empresarial brasileira.

Integração

A integração é uma relação contratual na qual o produtor rural se responsabiliza por parte do processo produtivo, como a produção de frutas ou a criação de frango e suínos, e repassa essa produção à agroindústria para que ela realize a etapa seguinte, de transformação em produto final. O produtor também pode receber insumos da indústria, como adubos, rações, medicamentos e assistência técnica.

A lei determina que os contratos de integração estabeleçam a participação econômica de cada parte, as atribuições, os compromissos e riscos

financeiros, os deveres sociais, os requisitos ambientais e sanitários, a descrição do sistema de produção, os padrões de qualidade e as exigências técnicas e legais.

Cada setor produtivo que contar com a integração entre indústria e produtores deverá constituir um Fórum Nacional de Integração (Foniagro), composto pelas entidades representativas das partes. Esses órgãos deverão definir as diretrizes para o desenvolvimento das parcerias e estabelecer a metodologia de cálculo do valor de referência para o pagamento dos produtores integrados.

Em caso de dano ambiental decorrente das atividades desenvolvidas sob a integração, as responsabilidades de recuperação deverão ser compartilhadas.

O trecho que estabelece a adequação de contratos em curso foi vetado, sob a justificativa de que a exigência de adaptação desses contratos viola o ato jurídico perfeito, previsto na Constituição. A lei entra em vigor a partir da publicação.

(Com informações da Agência Câmara)



Senadores e deputados participaram da sessão de homenagem ao hospital

Senado homenageia cem anos do Hospital Amaral Carvalho

O Senado prestou homenagem ontem aos cem anos do Hospital Amaral Carvalho, referência nacional no tratamento do câncer e no transplante de medula óssea. Localizado na cidade de Jaú, São Paulo, o hospital filantrópico recebeu elogios de parlamentares por oferecer um tratamento humanitário e por contar com um grande corpo de voluntários.

A sessão especial do Plenário foi requerida por Marta Suplicy (PMDB-SP). O hospital começou com a preocupação da família Carvalho, em 1915, com o grande número de morte de mães no parto. A família doou o terreno onde foi construída a maternidade, que viria a ser o hospital Amaral Carvalho. Para Marta, o mais tocante, ao visitar o hospital em 2010, foi ver que havia ali uma gestão humanizada.

— Sem dúvida é um hospital que reúne a competência e a solidariedade para cada recurso investido e continua

a salvar vidas — disse.

A senadora destacou também que o hospital atende cerca de 75 mil pacientes, em 40 especialidades médicas. Os procedimentos oncológicos, como radioterapia e quimioterapia, atingem o número de 1 milhão. O modelo de gestão privada e filantrópica consegue atender cerca de 95% dos pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Na sessão, ainda falaram o presidente do Hospital Amaral Carvalho, Vitorio Munerato Neto; o superintendente do hospital, Antonio Navarro; o diretor-presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo, Edson Rogatti; e o jornalista Milton Neves. O superintendente Antonio Navarro disse que, até o final do ano, será inaugurado o Hospital da Mulher com as áreas de ginecologia e mastologia, duas das principais áreas para o combate do câncer em mulheres.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Energia de aterro sanitário**
8h30 Na pauta, projeto que prevê geração de energia a partir de aterro sanitário.
- CAS Repelente gratuito**
9h Comissão pode votar projeto que dá às gestantes repelente do mosquito *Aedes aegypti*.
- CDR Imposto das agências de viagens**
9h Na pauta, proposta que modifica cobrança do ISS das agências de viagens.
- CDH Desemprego e acessibilidade**
9h Debate sobre desemprego, aposentadoria e discriminação aos trabalhadores. Às 11h30, a comissão vota projeto sobre acessibilidade no Programa Minha Casa, Minha Vida.

- CCI Doação a candidatos**
10h Projeto que proíbe doação a candidatos e partidos por servidores comissionados é um dos itens agendados.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
12h Renan recebe Miguel Cançado, presidente do Conselho de Comunicação do Congresso. Às 16h, preside a ordem do dia.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Votação em segundo turno da PEC 143/2015, que institui a desvinculação de receitas dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é destaque da pauta.
- CMO Alteração da meta fiscal**
15h35 Comissão analisa proposta que prevê alteração na meta fiscal de 2016.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Produtores rurais terão dívidas renegociadas

Proposta aprovada ontem em Plenário se destina principalmente a agricultores na área de atuação da Sudene. Também beneficia caminhoneiros em débito com o BNDES

MELHORES CONDIÇÕES PARA o refinanciamento de dívidas de produtores rurais e caminhoneiros foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado. Os agricultores passam a ter mais prazo e desconto para quitar débitos referentes ao crédito rural. Os caminhoneiros que adquiriram veículos, reboques, carrocerias e bens semelhantes financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terão os contratos expandidos.

A decisão também trata da prorrogação do prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e consta do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2016, decorrente da Medida Provisória (MP) 707/2015, que agora segue para sanção presidencial.

A MP atende reivindicações dos pequenos produtores ao permitir o abatimento de grande parte das dívidas com o crédito rural — em alguns casos, a totalidade do débito.

Os mais beneficiados estão na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene): o semiárido nordestino, o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, ambos em Minas.

A possibilidade de anistia integral das dívidas se aplica às que foram contraídas até o fim de 2006. A hipótese não constava do texto original do governo e foi acrescentada pelo relatório da comissão especial de análise da MP, feito pelo deputado Marx Beltrão (PMDB-AL).

O senador José Pimentel (PT-CE), que era líder do governo no Congresso à época da negociação da medida, explicou que o problema de que trata a MP vem dos anos 90, quando um conjunto de pequenos, médios e grandes



Medida aprovada em sessão presidida por Renan foi elogiada por Bezerra, Eunício e Flexa, ao beneficiar 1,1 milhão de agricultores no Nordeste e 130 mil no Norte

produtores rurais ficaram endividados por conta de uma taxa de juros incompatível com a atividade e a capacidade de pagamento. Segundo ele, a MP beneficiará cerca de 1,1 milhão de micros, pequenos, médios e grandes agricultores familiares, envolvendo R\$ 6 bilhões.

Os cálculos incluem o perdão de todas as dívidas de até R\$ 10 mil, porque o governo entendeu que os custos operacionais para prorrogar o pagamento de taxas cartoriais são superiores a esse valor.

— Os produtores do Nordeste estão sendo penalizados por cinco anos de seca e as dívidas tornaram-se impagáveis — disse o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator-revisor da MP.

Segundo o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), na Região Norte serão mais de 130 mil beneficiados, com dívidas que somam R\$ 2 bilhões.

Caminhoneiros

O PLV 8/2016 também autoriza o BNDES a prorrogar até 30 de dezembro o prazo para formalização de refinanciamento de empréstimos contraídos por caminhoneiros.

A prorrogação será válida

para contratos firmados até o fim de 2015. No texto original enviado pelo governo, a medida só se aplicava aos contratos feitos até 2014 e só permitia a prorrogação até 30 de junho.

— A medida dá oportunidade aos caminhoneiros que tinham dívidas de financiamento e que não estavam conseguindo pagá-las devido à deterioração econômica do país — elogiou o senador Eduardo Amorim (PSC-SE).

Acordo

Em um acordo para assegurar a aprovação, os senadores aprovaram requerimento do líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), para retirada dos artigos 4º, 5º e 8º do PLV.

O primeiro tratava de dívidas de debêntures do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Fundo de Investimentos do Nordeste

(Finor). O segundo se referia a subvenção paga a empresários do sistema canavieiro. O terceiro perdoava dívidas de empresas com multas por atraso no FGTS.

De acordo com Eunício, os artigos retirados oneravam o governo em cerca de R\$ 17 bilhões.

Para o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que presidiu a comissão mista responsável pela análise do

tema no Congresso, a medida é um passo importante para promoção da justiça, mas, “sobretudo, para a retomada dos investimentos, do emprego e da renda no setor rural nordestino”.

Cadastro

O texto aprovado ontem manteve a prorrogação do prazo para inscrição no CAR. O prazo agora vai até 31 de dezembro de 2017.

Abatimento*

VALOR CONTRATADO (em R\$)	CONTRATAÇÃO até 31/12/2006		CONTRATAÇÃO entre 1/1/2007 e 31/12/2010	
	Área da Sudene	Outras localizações	Área da Sudene	Outras localizações
Até 15 mil	95%	85%	50%	40%
15 mil – 35 mil	90%	80%	40%	30%
35 mil – 100 mil	85%	75%	35%	25%
100 mil – 500 mil	80%	70%	25%	20%
Acima de 500 mil	60%	50%	15%	10%

* Abatimento máximo, em percentual do saldo devedor

Perdão

VALOR CONTRATADO (em R\$)	SALDO DEVEDOR (em 31/12/2015)	CONDIÇÕES
Até 15 mil	Até R\$ 10 mil	—
15 mil – 100 mil	Até R\$ 50 mil	<ul style="list-style-type: none"> Amortização de pelo menos 50% Localizado em: área da Sudene ou município em que tenha sido decretada calamidade pública ou situação de emergência por seca/ estiagem (entre 1/1/2011 e publicação desta lei) ou microrregião de baixa renda ou município com IDH caracterizado como de extrema pobreza

Paraíba ganha prazo maior para financiar programa de turismo

A Paraíba ganhou nova chance para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 23 milhões.

O Plenário confirmou ontem decisão tomada mais cedo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aprovou o PRS 24/2016, com a reabertura do prazo de 540 dias para o estado concluir a contratação.

O período anterior, estabelecido pela Resolução do Senado 32/2014, venceu em

fevereiro, sem que a Paraíba tivesse assinado a operação. O projeto vai à promulgação.

O empréstimo, com garantia da União, visa financiar parcialmente o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Os senadores pela Paraíba comemoraram. Cássio Cunha Lima (PSDB) destacou a importância do programa. José Maranhão (PMDB) disse que os recursos serão aplicados em infraestrutura. Raimundo Lira (PMDB) lembrou a criação de empregos.

Senadores cobram convocações da CPI do Futebol

Durante a sessão deliberativa de ontem, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Romário (PSB-RJ) cobraram do presidente do Senado, Renan Calheiros, a votação do Recurso 6/2016, que trata da análise de requerimentos de convocação para a CPI do Futebol. Presidindo a sessão, Renan recolheu a questão de ordem e informou que responderá oportunamente.

Em 6 de abril, a CPI aprovou as convocações do presidente licenciado da CBF, Marco Polo Del Nero, e do ex-presidente da entidade, Ricardo Teixeira, para falarem sobre supostas

irregularidades envolvendo negócios no futebol brasileiro. No dia seguinte, no entanto, Renan determinou que a CPI do Futebol refizesse a votação dos requerimentos.

Essa determinação veio em resposta a questão de ordem levantada por Ciro Nogueira (PP-PI), membro da CPI. Segundo Ciro, a votação foi realizada sem o quorum necessário e, portanto, deveria ser invalidada. Renan afirmou que o quorum foi verificado corretamente, mas determinou a repetição da votação para garantir o contraditório, uma vez que não houve pedido

de verificação de votos.

A decisão foi contestada no Plenário por Randolfe, membro suplente do colegiado, e por outros senadores, como Romário, que preside a CPI. Renan, então, encaminhou o recurso para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que deveria dar parecer em até dois dias úteis. Depois disso, a decisão definitiva caberia ao Plenário.

Randolfe e Romário informaram ontem que o prazo para que a CCJ desse parecer já se esgotou e pediram que o recurso seja encaminhado e examinado pelo Plenário.

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos estabelece novo modelo para a elaboração de orçamentos públicos e normas gerais para controlar gastos

Projeto sobre qualidade fiscal vai ao Plenário

O GOVERNO FEDERAL poderá ser obrigado a estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas públicas. A determinação consta de substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 229/2009 — Complementar, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 2010. Com a decisão da CAE, ele será encaminhado para votação no Plenário do Senado.

De autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta, conhecida como “projeto da qualidade fiscal”, estabelece um novo modelo de elaboração de orçamentos públicos e normas gerais para o controle dos gastos e a contabilidade governamental.



Comissão aprova substitutivo de Ferrazo a projeto de Tasso: objetivo, diz o autor, é fortalecer a gestão fiscal responsável

Além disso, altera a Lei Complementar 101/2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável.

“Irrealismo”

Um dos objetivos é “reduzir fortemente o irrealismo orçamentário que tem prevalecido nos últimos anos”, conforme o relator e autor do substitutivo aprovado pela CAE, senador

Ricardo Ferrazo (PSDB-ES).

De acordo com o texto, a previsão de receitas que o Poder Legislativo aprovar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser mantida tanto no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) quanto no texto aprovado pelo Congresso e enviado para sanção presidencial.

A proposta reformula o Pla-

no Plurianual (PPA), que deverá ser simplificado e ter por base o programa de governo apresentado pelo candidato vitorioso a cargo majoritário no Poder Executivo. Também torna o envio do PPA ao Congresso Nacional com prazo coincidente ao da LDO.

O substitutivo, ainda de acordo com Ferrazo, reforça o papel da LDO como instru-

mento de ligação entre o PPA e a lei orçamentária. A ideia é fazer com que o governo projete todas as suas obrigações já contratadas ou esperadas para os anos seguintes. E, a partir da meta fiscal definida, determine o espaço disponível para novos projetos.

Dessa forma, segundo Ferrazo, a inclusão de novos projetos de investimento exigirá que os projetos anteriormente aprovados sejam adequadamente contemplados. Além disso, a inclusão do projeto dependerá da compatibilidade com o PPA e com a LDO e da capacidade de viabilizar pelo menos uma etapa da obra.

— Os governos passarão a fazer um planejamento fiscal de médio prazo consistente e deixarão de assumir obrigações futuras sem as devidas fontes de recursos para financiá-los — disse o relator.

Comissão aprova exigência de freio ABS em motos com mais de 300 cilindradas

As motocicletas com 300 cilindradas ou mais deverão sair de fábrica com freios ABS, conforme proposta aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 195/2012 será examinado em decisão final pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Apresentado em 2012 pelo então senador Cyro Miranda, o texto original previa a obrigação de todas as moto-

cicletas saírem de fábrica com ABS. Porém, substitutivo do relator, Ciro Nogueira (PP-PI), apresentado por Wellington Fagundes (PR-MT), facultava aos fabricantes de motos com menos de 300 cilindradas o uso do sistema de distribuição de frenagem (CBS), que tem custo menor. Embora não tenha a mesma capacidade do ABS de impedir o travamento das rodas na freagem, o CBS diminui o risco de que isso ocorra.

Frente em Defesa dos Trabalhadores será lançada após debate sobre desemprego

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje desemprego, aposentadoria e discriminação contra trabalhadores. No mesmo dia, será lançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora.

Para a audiência pública, foram convidados representantes de centrais sindicais e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Pesquisa do IBGE divulgada em 20 abril mostrou que 10,2% dos trabalhadores brasileiros estão sem ocupação. Em números, são 10,4 milhões de pessoas. É a maior taxa da série histórica do instituto, que começou em 2012.

Os dados são referentes aos meses de dezembro de 2015, janeiro e fevereiro deste ano. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve aumento de 40% na taxa de desemprego.

Pedro Chaves, Wirlande da Luz e José Aníbal tomam posse

Tomaram posse no Senado ontem Pedro Chaves (PSC-MS), Wirlande da Luz (PMDB-RR) e José Aníbal (PSDB-SP). Os três juraram “guardar a Constituição e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.

Pedro Chaves assume o mandato do senador cassado Delcídio do Amaral. Economista e educador, Pedro foi reitor por 15 anos e criador de várias universidades. Ele pretende focar o trabalho legislativo nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e economia.

Wirlande da Luz assume no lugar de Romero Jucá (PMDB-RR), que se licenciou para assumir o cargo de ministro do Planejamento do governo Michel Temer. Wirlande é médico pediatra e tem 61 anos. Foi secretário municipal de Saúde de Boa Vista e ocupou a vaga de senador em 2005, durante quatro meses, enquanto o titular permaneceu à frente do Ministério da Previdência no governo Lula. Sua atuação foi voltada à área social, com destaque para a saúde. O parlamentar já foi também presidente do Conselho Regional de Medicina de Roraima.

Já o ex-deputado federal José Aníbal assume a cadeira de José Serra (PSDB-SP), novo ministro das Relações Exteriores. Aos 68 anos, José Aníbal preside o Instituto Teotônio Vilela (ITV). É membro do PSDB de São Paulo, partido ao qual se filiou em 1989, após passar pelo PMDB e pelo PT. Já exerceu o mandato de vereador em São Paulo e foi eleito deputado federal por cinco vezes. Na Câmara, foi líder do PSDB e presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Também já exerceu cargo no governo paulista e presidiu o PSDB nacional.

Novo senador por Mato Grosso do Sul destaca importância da educação para a cidadania

Em seu primeiro discurso no Senado, Pedro Chaves (PSC-MS) disse que assume o mandato num momento de grande turbulência nacional e reiterou o compromisso de se pautar na conduta ética. Ele defendeu o estímulo ao setor produtivo e o municipalismo e destacou o papel fundamental da educação na formação profissional e na cidadania.

— Quero contribuir na elaboração de propostas que possam resgatar a credibilidade do país. Precisamos de mais investimentos em eficiência, em conhecimento, em abertura de oportunidades.

O senador relatou que é filho de família humilde, iniciou a vida profissional como professor e foi preso durante o regime militar.

Cidinho defende agricultura familiar e diz que setor deve ficar com Ministério da Agricultura

Após reassumir o mandato no Senado, Cidinho Santos (PR-MT) fez ontem discurso em defesa da agricultura familiar. O senador é suplente de Blairo Maggi (PP-MT), que se licenciou para assumir o Ministério da Agricultura.

Cidinho ressaltou que a maioria dos alimentos da mesa do trabalhador brasileiro

vem da agricultura familiar e que o setor é responsável por sete de cada dez empregos no campo. Ele afirmou, porém, que as funções da agricultura familiar devem ficar com o Ministério da Agricultura (e não com a área social, como definido no atual governo) e disse que vai enviar ofício à Casa Civil sobre a questão.



Pedro Chaves, Wirlande da Luz e José Aníbal fazem juramento durante a cerimônia de posse no Plenário do Senado



Moireira Maniz/Agência Senado

Comissão do Impeachment estuda concluir processo em menos de 180 dias

Cronograma de trabalho será anunciado na terça-feira. Para presidente da comissão, apuração não deveria coincidir com eleição municipal

O PRESIDENTE DA Comissão Especial do Impeachment, senador Raimundo Lira (PMDB-PB), afirmou que caberá aos integrantes do colegiado decidir se as investigações dos supostos crimes de responsabilidade atribuídos à presidente afastada Dilma Rousseff vão durar menos de 180 dias — período máximo do afastamento da presidente. Ele não confirmou se prevalecerá a proposta de que as diligências se façam em 90 dias.

— O prazo não pode ser tão curto que prejudique a defesa da presidente da República nem tão longo que crie dois problemas para o país. O primeiro é que coincidiria com o período das eleições municipais e o segundo é que criaria uma ansiedade por parte da sociedade — explicou.

Lira anunciará na terça-feira o cronograma de funcionamento da etapa final do processo. Ele se reuniu ontem com o relator da Comissão Especial do Impeachment,



Os senadores Raimundo Lira (à frente) e Antonio Anastasia deixam STF após reunião com ministro Ricardo Lewandowski

senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, que comanda a segunda fase dos trabalhos da comissão.

O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que não haverá acordo para encurtar o prazo de 180 dias se houver prejuízo para a defesa:

— O nosso interesse é que possamos ter o tempo neces-

sário para que todas as coisas sejam devidamente esclarecidas. Se isso exigir um maior tempo para um conhecimento desses fatos, então poderemos ter um prazo mais alargado.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o ritmo de trabalho é uma decisão da comissão.

— Não temos mais como definitivamente agilizar ou procrastinar. Essa é uma decisão do processo e da comissão.

Anastasia confirmou que Dilma já foi notificada para apresentar a defesa até o final do mês. A comissão poderá convidá-la a esclarecer as dúvidas pessoalmente. Segundo o senador, a segunda fase será dedicada às provas:

— As provas são solicitadas pelas partes: pela acusação e pela defesa. E a comissão vai entender de receber aquelas provas que julgar adequadas e necessárias.

Renan se reúne com Jucá para discutir nova meta fiscal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem encontro com o novo ministro do Planejamento, Romero Jucá, amanhã, quando vão conversar sobre a redução da meta fiscal de 2016.

— O governo está fechando as contas. Nós iríamos marcar uma sessão do Congresso para esta semana, mas vamos aguardar o encontro com o ministro do Planejamento, que virá ao Senado para conversarmos sobre a redução da meta. Nós vamos convocar o Congresso para a partir da próxima terça-feira. Não vamos convocar para esta semana porque o governo está fechando as contas — disse Renan.

O senador alertou para o risco de se estabelecer uma meta fiscal que não possa ser cumprida.

— A prudência pede que aguardemos um pouco para definirmos a meta.

O presidente do Senado afirmou também que vai convocar uma reunião de líderes assim que tiver a indicação de quem vai ocupar a nova liderança do governo no Senado, depois que Michel Temer assumiu a Presidência interinamente.

Kassab vai expor planos, e cientistas, demandas

O novo ministro de Ciência, Tecnologia e Comunicações, Gilberto Kassab, será convidado a apresentar planos e prioridades de sua gestão à Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O requerimento para o debate foi aprovado ontem, mas a audiência só será marcada depois que a comissão ouvir a comunidade científica em outro debate, agendado para semana que vem.

A CCT antecipou o debate com a comunidade científica para que seus representantes pudessem pautar as demandas. Será também uma oportunidade para que possam falar de seus receios a respeito da fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o das Comunicações. A medida foi confirmada por Michel

Temer semana passada, assim que ele assumiu como presidente interino. A fusão faz parte do enxugamento na estrutura dos ministérios, que passam de 32 para 23.

A comunidade científica será representada no debate pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), pela Academia Brasileira de Ciências, pelo Colégio de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação das Instituições Federais de Ensino e pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

Telecomunicações

O presidente da CCT, senador Lasier Martins (PDT-RS), destacou que pediu a audiência com Kassab para que o

ministro explique à comissão seus planos para a área de ciência e tecnologia, afetada por cortes no orçamento desde o ano passado.

Para Lasier, seria importante abordar o ministro sobre a insatisfação da classe científica com a pouca atenção dada ao setor, sentimento reforçado agora com a fusão das pastas.

O senador Hélio José (PMDB-DF) destacou que o setor de comunicações não poderia ficar de fora das discussões com o novo ministro. Kassab, então, será convidado para uma segunda audiência, exclusivamente sobre temas desse setor. Antes, haverá um debate com entidades de defesa do consumidor e representantes de empresas de telecomunicações.

Senadores querem ouvir ministro sobre fim do Ministério da Cultura

Por solicitação de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Telmário Mota (PDT-RR), a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem a realização de audiência pública e a convocação do novo ministro da Educação e Cultura, Mendonça Filho. Na pauta, a extinção do Ministério da Cultura.

Os senadores consideram que a questão deve ser discutida com urgência e querem ouvir o ministro já na terça-feira. O presidente da comissão, Romário (PSB-RJ), garantiu que fará esforços para que o encontro se dê “o mais rápido possível”. Foi aprovado requerimento para que Mendonça Filho apresente o plano de trabalho da pasta. Também a pedido de Randol-

fe e de Telmário, será feita, após o encontro com o ministro, outra audiência pública, com artistas e produtores culturais. Devem ser convidados os cineastas Luís Carlos Barreto, Ana Muylaert e Cacá Diegues, a produtora Paula Lavigne, os atores Wagner Moura, Thiago Lacerda e Odilon Wagner, o cantor Roberto Frejat e representantes do Coletivo Intervezes e do Movimento Fora do Eixo, além de professores universitários e representantes de museus e associações teatrais.

— Não vamos dourar a pílula. Nossa intenção é fazer um ato contra o fim do Ministério da Cultura, uma das primeiras medidas tomadas por um governo interino — disse Randolfe.

Viana pede sessão temática sobre importância da pasta da Cultura

Jorge Viana (PT-AC) vai propor que o Senado faça uma sessão temática, com presença de artistas e intelectuais, para discutir a importância do Ministério da Cultura na estrutura de um governo.

O senador fez um apelo ao presidente interino, Michel Temer, que ex-



tinguiu a pasta: — Converse com os intelectuais, escritores, artistas, com aqueles que fazem a cultura popular. Não há como este país seguir em frente, se dizer do século 21, sem ter nas políticas públicas um belo e fundamental espaço para a cultura.

Otto destaca Agenda Brasil e critica fusão de Fazenda e Previdência

Otto Alencar (PSD-BA) ressaltou que vários projetos da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que ele preside, já foram aprovados pelo Senado. A comissão é responsável pelos projetos da Agenda Brasil, listados pelo Senado com vistas à retomada



do crescimento. O senador afirmou ainda que é uma temeridade a fusão do Ministério da Previdência com o da Fazenda e disse acreditar que isso será revisto. Ele também reforçou a necessidade de o país reduzir os juros e ajustar os gastos públicos.

Alvaro Dias diz que crise é “desafio monumental” para nova equipe

Alvaro Dias (PV-PR) manifestou confiança no ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, mas disse que a crise constitui “monumental desafio” para a equipe econômica. Segundo ele, a dívida pública é um gargalo que deve ser enfrentado como prioridade pelo



governo. Alvaro lembrou que a rolagem da dívida demanda elevadas taxas de juros e que as projeções são pessimistas. O senador pediu atenção ao crescente endividamento das famílias, o que tem levado o povo ao desespero.

Impostos e demissões preocupam setor aéreo

Em debate na comissão da MP que amplia participação do capital estrangeiro nas companhias brasileiras, participantes disseram recear perda de empregos e peso dos tributos

O PESO DOS impostos sobre as empresas aéreas nacionais e o risco de demissões no setor foram apontados como motivos de preocupação na audiência pública promovida ontem pela comissão mista sobre a MP 714/2016. A medida aumenta a possibilidade de participação estrangeira nas companhias brasileiras (de 20% para 49%) e extingue o adicional de tarifa aeroportuária (Ataero) a partir de 2017.

O tributo é cobrado nas tarifas pagas pelos consumidores nas passagens e pelas companhias aéreas sobre os procedimentos de pouso e permanência das aeronaves. O valor se destina a financiar reformas e expansões de aeroportos administrados pela Infraero. O Ataero representa um acréscimo de 35,9% no valor das tarifas.

Por iniciativa do presidente da comissão, senador Hélio José (PMDB-DF), o debate deve instruir o relatório do deputado Zé Geraldo (PT-PA), que já recebeu mais de 50 emendas na tentativa de atualizar a legislação ao momento econômico vivido pelo país.

Capital estrangeiro

Eduardo Sanovicz, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), destacou a carga tributária que pesa sobre o setor aéreo nacional (37,5% para as empresas brasileiras) e a queda de demanda a partir de 2014. Em função da redução do poder aquisitivo, o número de passageiros corporativos caiu pela metade e os custos “explodiram”, principalmente da querosene de avião, em que há incidência do ICMS.

Os primeiros resultados, segundo Sanovicz, são o desestímulo ao turismo interno e a busca maior de destinos



No debate, Nelson Paim, Tiago Rosa, Zé Geraldo, Hélio José, Eduardo Sanovicz e Douglas de Almeida

no exterior. Ele se declarou favorável à emenda que amplia o percentual de capital estrangeiro a 49% e entende que a medida não favorece nenhuma empresa, mas tornará a aviação brasileira mais competitiva e, eventualmente, levará à redução da tarifa.

— É importante que tudo isso seja feito cumprindo rigorosamente as normas constitucionais no que diz respeito às relações de trabalho e emprego — destacou.

Entretanto, na avaliação de Tiago Rosa, diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas, a MP, da forma como está editada, vai trazer demissões e insegurança para as operações e ainda deve gerar evasão de divisas de mais de R\$ 4 bilhões. Rosa afirmou que as empresas nacionais não têm condições de negociar acordo de reciprocidade com outro país para adquirir o controle do capital de uma companhia aérea estrangeira

(acima de 50% das ações).

— A medida beneficiaria apenas a TAM, que poderia ser comprada pela LAN, do Chile. Nós vamos perder o emprego, porque é muito mais barato ter uma empresa estrangeira fazendo isso, já que os impostos em outros países são mais baixos e o custo trabalhista para essas empresas é menor — disse.

A solução proposta pelos aeronautas é que os voos internacionais operados por empresas brasileiras (ou por empresas estrangeiras que tenham sociedade com empresas nacionais), quando usufruindo o direito de tráfico brasileiro, tenham tripulantes brasileiros com contrato de trabalho no Brasil.

Aeroportos

Douglas de Almeida, da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (Aneaa), ressaltou o atual cenário de crise econômica,

com a queda do PIB e o aumento da inflação e do dólar, que afeta principalmente o setor de aviação.

Douglas destacou também os benefícios para a sociedade na infraestrutura dos aeroportos com o modelo de concessões adotado há três anos. Ao longo de três décadas, serão investidos R\$ 26 bilhões, dos quais até agora foram aplicados R\$ 7 bilhões nos terminais.

De acordo com ele, a MP foi recebida com satisfação pelo setor, mas há críticas sobre o desequilíbrio no repasse dos recursos arrecadados. Foram R\$ 679,7 milhões, somente em 2015, enviados para o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que financia o setor de aviação civil e a infraestrutura aeroportuária. Em relação aos operadores dos aeroportos já concedidos, a medida determina que, até a revisão dos atuais contratos, a parcela da Ataero continue sendo remetida para o Fnac a título de valor devida pela outorga.

— O mesmo tratamento dispensado à Infraero, desse adicional sendo incorporado à tarifa, também deveria ser dispensado às concessões. Para trazer não só isonomia, mas um ambiente concorrencial igualitário.

Já para Pedro Azambuja, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Administração Aeroportuária (Sineaa), que representa 3,6 mil aeródromos do Brasil, é importante também a criação de uma política para a aviação regional.

— O modelo de concessões contempla apenas os grandes aeroportos. A Infraero tem hoje 60 aeroportos. Desse total, uns 50 são deficitários.

Homicídio de idoso pode virar crime hediondo

O homicídio de maiores de 60 anos poderá ser incluído no rol de crimes hediondos, segundo um projeto que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje, a partir das 10h.

Para o autor do projeto (PLS 373/2015), Elmano Férrer (PTB-PI), o assassinato de idosos é “um crime de grande crueldade, revoltante e que causa repulsa na sociedade”, justificando o enquadramento como hediondo, para o qual é prevista punição mais rigorosa e sem a possibilidade de

pagamento de fiança. A pena aumenta nos casos em que o crime é cometido na presença de descendentes da vítima.

A proposta tem o apoio do relator na CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), que preside a comissão. No relatório, Maranhão diz que a cada hora pelo menos dois idosos sofrem algum tipo de violência no Brasil. “O homicídio representa a terceira causa que mais mata pessoas idosas no país, apesar dos avanços conquistados desde a aprovação do Estatuto do Idoso”, afirma.

O relator apresentou uma emenda para propor aumento da pena se o crime for praticado por parente (pai, filho, neto, bisneto, irmão, cônjuge ou companheiro) ou por pessoa que conviva com o idoso.

A pauta da CCJ reúne ainda outras 39 propostas, como o PLS 604/2015, que triplica os valores limites para licitação de obras, serviços ou compras feitas pelo poder público, e o PLS 204/2015, que altera a Lei de Crimes Ambientais para aumentar a pena para quem poluir manancial de água.

Comissão vota projeto que prevê repelentes grátis para grávidas

Um projeto que obriga o governo a oferecer de graça às gestantes repelente com eficácia comprovada contra o mosquito *Aedes aegypti* está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne às 9h, com outros nove itens na pauta.

O PLS 72/2016, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a exigência de repelente. Após a decisão da CAS, o projeto de lei deve seguir

diretamente para a Câmara.

Segundo autora, é alta a probabilidade de o vírus Zika, transmitido pelo mosquito, ser a causa de grande parte dos casos de microcefalia em recém-nascidos no país. A grande procura por repelentes nas farmácias causou desabastecimento e elevação do preço do produto.

Para o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), a situação epidemiológica da microcefalia no país é grave.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: vago
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

CPI pedirá rapidez na apuração do caso HSBC

Ferraço apresentou ontem seu relatório, que será votado na semana que vem e no qual solicita a órgãos de fiscalização que acelerem investigação de contas de brasileiros na Suíça

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) do HSBC, que investiga contas não declaradas de brasileiros na Suíça, vai pedir aos órgãos oficiais de controle e fiscalização que acelerem as investigações em curso sobre 8 mil brasileiros que têm depósitos na filial suíça do banco, em Genebra, e podem estar envolvidos em evasão de divisas.

A sugestão consta do relatório final da CPI, apresentado ontem pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e que será votado na próxima semana, após vista coletiva concedida aos integrantes da comissão.

Ferraço explicou que o Senado e sua Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) não dispõem de recursos materiais e humanos para exame criterioso dos arquivos criptografados encaminhados à CPI do HSBC pela Justiça francesa, o que dificulta o pedido de indiciamento de suspeitos.

— A CPI chegaria mais longe no plano da investigação se dispusesse de ferramentas e pessoal técnico capacitado para depurar os dados criptografados relativos a brasileiros titulares de depósitos financeiros no HSBC em Genebra — explicou o senador.

Jornalistas investigativos

Uma investigação do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos apontou que clientes de várias nacionalidades do HSBC teriam utilizado artifícios para manter em suas contas dinheiro não declarado entre 2005 e 2007. O Brasil aparece nessa lista com US\$ 7 bilhões nas contas no período sob investigação.

A CPI do HSBC foi instalada em março de 2015 e teve seu prazo final prorrogado duas vezes. O encerramento agora está previsto para outubro.

De acordo com Ferraço, a comissão parlamentar de inquérito identificou que o mesmo material que tem em seu



Ricardo Ferraço, observado por Randolfe Rodrigues, apresenta seu relatório à CPI do HSBC, que investiga brasileiros que mantêm contas em Genebra

poder já se encontra também nas instituições competentes do Brasil, como a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Banco Central.

Assim, segundo ele, não haveria “razoabilidade e interesse público para justificar a repetição do trabalho que já vem sendo realizado pelos órgãos estatais competentes para a fiscalização e a persecução penal, que contam com corpo técnico capacitado para desempenhar a tarefa que lhes é legalmente atribuída”.

O senador destacou que a CPI buscou auxílio da área de tecnologia de informação da Polícia Federal e que, após uma perícia, foi possível decifrar um extenso volume de dados disponibilizados pelo governo francês.

“No período de 100 dias, apurou-se a existência de movimentações financeiras de 106.682 nomes, concentradas em 27.977 contas. Desse total, estima-se haver 10.408 brasileiros”, afirma Ferraço no relatório. “Note-se que não é possível identificar nessa lista

os correntistas que são, de fato, brasileiros ou possuem domicílio fiscal em nosso país. Isso porque os dados, carentes de aprofundamento, podem ter inconsistências. Há pelo menos três campos diferentes no banco de dados que fazem referência ao país do cliente e apresentam à primeira vista incompatibilidades sanáveis apenas com mais detalhamento.”

Diante da certeza de que há necessidade de aprofundamento das investigações acerca do episódio que ficou conhecido como Swissleaks, Ferraço disse que a CPI encaminhará uma cópia de todos os documentos obtidos aos órgãos oficiais de fiscalização e controle, a fim de contribuir com os processos em curso.

Inércia

Ferraço destacou que o relatório final, com 119 páginas, compreende a narrativa de fatos que antecederam a instalação da CPI do HSBC.

O relator lembra que a aquisição das operações do HSBC no Brasil

pelo Bradesco, em agosto de 2015, foi autorizada em janeiro de 2016 e encontra-se pendente de aprovação definitiva pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O relator apontou ainda um “aparente desinteresse ou omissão” do governo brasileiro quando o caso Swissleaks tornou-se público, entre 2010 e 2011. A “inércia” do Brasil, segundo Ferraço, impediu a sua integração ao rol de países que já repatriaram bilhões de dólares, entre os quais Bélgica, Espanha, França, Reino Unido e Argentina.

“Estamos certos de que a CPI obteve sucesso pelo fato de ter compelido os órgãos de fiscalização e de persecução penal a atuarem no caso antes mesmo da conclusão dos nossos trabalhos. Não fosse pela atuação da imprensa e pela provocação desta comissão, o Estado brasileiro ainda estaria omissivo, inerte e desatento ao escândalo que já vinha sendo apurado por países mundo afora desde 2008”, conclui Ferraço no relatório.

Comissão estuda incentivos para dessalinização de água

A criação de incentivos para estimular a dessalinização da água do mar e de fontes subterrâneas salobras pode ser introduzida na Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007). A medida está prevista no PLS 259/2015, que foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e agora vai para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Se aprovada na CMA, a proposta poderá ir diretamente para a Câmara dos Deputados, sem ter que passar pelo Plenário do Senado, a menos que haja recurso assinado por pelo menos nove senadores.

A proposta, apresentada pelo senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), determina que a União, na concessão dos incentivos, atribua prioridade a iniciativas que favoreçam o consumo humano na região do semiárido

nordestino e em localidades com escassez de água.

Com base em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), Eunício Oliveira informa que 97,5% da água do mundo é salgada. No semiárido, a água subterrânea é geralmente salobra, inadequada para o consumo.

O autor diz ainda que, com o desenvolvimento tecnológico, que vem reduzindo o custo dos processos de dessalinização, chegou a hora de criar a base legal para a criação de incentivos que possam aumentar a oferta de água potável no Brasil, especialmente no Nordeste, a região mais carente desse recurso.

O relatório do senador Eduardo Amorim (PSC-SE) considera importante a inclusão do incentivo à dessalinização entre as diretrizes estabelecidas na política federal de saneamento, estabelecida pela Lei de Saneamento Básico. Segundo ele, a medida é compatível com as necessidades de muitas regiões do país.

Paim: crítica do New York Times ao Congresso é “choque de realidade”

Paulo Paim (PT-RS) lamentou que o Congresso Nacional brasileiro tenha sido apontado como o pior do mundo pelo New York Times. Intitulada “Envolvido em corrupção, Congresso brasileiro é circo que tem até o seu próprio palhaço”, a reportagem aponta que existem no Congresso várias pessoas envolvidas em atividades ilegais.

— Infelizmente este é o Congresso que afastou a presidenta Dilma. Dói ver esse relato. Não estou aqui com alegria. Infelizmente muita coisa que está aqui na reportagem é um choque de realidade.

Paim também manifestou solidariedade aos professores do Rio Grande do Sul que, desde a segunda-feira, estão em greve por aumento salarial.



June Amorim/Agência Senado



O presidente da comissão, Lasier Martins, fala na reunião de ontem, ao lado de João Alberto Souza

Grupo vai atualizar principal lei da educação

Aprovada há 20 anos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação será aperfeiçoada a partir de sugestões de especialistas, que terão 60 dias para apresentar propostas, conforme prazo aprovado pela comissão

PARA APERFEIÇOAR E atualizar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi criado ontem pela Comissão de Educação (CE) grupo de trabalho, coordenado por Cristovam Buarque (PPS-DF). O grupo será formado por especialistas e terá 60 dias para elaborar propostas concretas de alterações na LDB.

Cristovam disse que a iniciativa homenageia o ex-senador Darcy Ribeiro, um dos principais formuladores da LDB, aprovada há 20 anos. O grupo terá como “grande desafio” incorporar da melhor forma possível realidades que se consolidaram após 1996, como a educação fora da escola, a internet e o ensino a distância.

Também por sugestão de Cristovam, foi aprovada a re-

alização de audiência sobre o movimento “Escola sem Política”. Serão chamados, ainda em data a ser marcada, os líderes do movimento e especialistas renomados com visão crítica em relação a essa proposta.

— É um movimento que cresceu em todo o país e tem até um lado positivo, que é evitar a doutrinação. Mas me preocupa demais proibir a liberdade de expressão, isso é perigoso e pode se alastrar para outras temáticas — alertou o senador.

Concursos

A comissão aprovou a realização de outras duas audiências, por sugestão de Ana Amélia (PP-RS). A primeira vai tratar de regras nos concursos para cargos e empregos no âmbito da União, dos estados

e dos municípios. A intenção é debater modos de garantir maior transparência e impessoalidade nos concursos públicos. Foram convidados o presidente da Comissão do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, Carlos Pereira Nunes, o juiz federal e especialista em concursos Willian Douglas, o jurista e professor Luiz Flávio Gomes e o procurador do Trabalho, professor e também especialista em concursos Renato Saraiva. Ainda foi incluído um representante do Ministério da Educação.

A outra audiência, ainda sem data definida, vai debater o desligamento e a permanência dos tutores nos grupos do Programa de Educação Tutorial (PET).



Telmário: projeto “inovador” vai atender demanda histórica do magistério

Regulamentação de educador social passa em comissão

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o projeto de Telmário Mota (PDT-RR) que regulamenta a profissão de educador e educadora social (PLS 328/2015). O relator foi Paulo Paim (PT-RS). A proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde haverá decisão final.

O projeto define como campo de atuação desses profissionais os contextos educativos situados dentro ou fora dos âmbitos escolares e que envolvem ações com diversas populações, em distintos âmbitos institucionais, comunitários e sociais, em programas e projetos educativos sociais, a partir de políticas públicas praticadas pelos órgãos federais, estaduais e municipais.

Passam a ser ainda atribuições deles as ações de educação e mediação que envolvam direitos e deveres humanos, a justiça social e o exercício da cidadania com pessoas de qualquer classe social, gênero, idade, etnia, cultura e nacionalidade, por

meio da promoção cultural, política e cívica.

Os profissionais deverão ter formação superior em nível de graduação, admitida a escolaridade mínima de nível médio para aqueles que já exerceram a profissão até o início da vigência da lei.

Pelo texto aprovado, a atividade possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Telmário chamou a atenção na CE para o caráter “inovador” da proposta, que atende demanda histórica.

— Esse é um sonho do magistério, uma metodologia que já deu certo em outras nações. Contribui especialmente para alguém que, por alguma razão, como enfermidade, não puder frequentar a sala de aula — lembrou.

Em 2009, acrescentou, a atividade de “educador social” foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho, e muitos estados já abriram concursos públicos.

Instrumentação cirúrgica deverá ser exercida por técnicos de enfermagem

A regulamentação de instrumentador cirúrgico foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator, Benedito de Lira (PP-AL), apresentou substitutivo tornando o exercício da profissão privativo dos técnicos de enfermagem que tenham concluído curso de instrumentação cirúrgica no Brasil ou no exterior. O texto, porém, beneficia pessoas que tenham exercido a função pelo tempo mínimo de dois anos, mesmo sem ter essa habilitação.

Pela proposta original (PLC 75/2014), do deputado George Hilton (PROS-MG), podem exercer a profissão os que tenham curso específico de instrumentação, ministrado por escola oficial ou reconhecida pelo governo, ou os que tenham concluído curso em escola no exterior e que revalidem o diploma no Brasil. Não há menção a técnico de enfermagem. A proposta também reconhece o direito ao exercício da profissão para os que comprovarem dois anos no exercício da função.



Comissão, presidida por Romário, decidiu criar grupo que vai sugerir alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Senadores aprovam mais incentivo fiscal ao esporte

Aumentar de 1% para 3% a parcela de dedução do Imposto de Renda de empresas que incentivem atividades de caráter desportivo e tornar permanente a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006), que termina em 2022, são os principais objetivos do projeto (PLS 605/2015) de Roberto Rocha (PSB-MA) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O texto original aumentava a dedução do IR para 2%. Emenda do relator, Romário

(PSB-RJ), elevou a alíquota para 3%. O relator disse que analisou a proposta sob a “ótica esportiva”, deixando os aspectos financeiros e tributários à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), próxima e última etapa do projeto.

— São notáveis os benefícios que a referida lei trouxe. Desde que entrou em vigor, já beneficiou 1.852 projetos. A renúncia fiscal tem se mostrado adequada — salientou Romário.

No entanto, em seu relatório,

ele destacou algumas preocupações sobre a execução da Lei de Incentivo ao Esporte. Observou, por exemplo, que o próprio Ministério do Esporte admite que a maior parte dos recursos captados têm sido aplicados na Região Sudeste, sendo necessário corrigir esse aspecto.

Roberto Rocha, ao justificar seu projeto, observou que essa lei representou “a forma mais ampla e democrática de financiamento ao esporte viabilizada pelo governo federal”.

Projeto garante mais recursos do Fies para regiões carentes

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 179/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB), que adota critérios qualitativos e regionais na oferta de crédito para cursos

de graduação, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A proposta será agora analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão final.

O relator na CE, Lasier

Martins (PDT-RS), acolheu emenda sugerida por Simone Tebet (PMDB-MS), que reserva por dez anos 40% do total do financiamento aos cursos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com conceitos

3 e 4. A proposta exclui os cursos do Distrito Federal que estiverem dentro dessa classificação. Os cursos com conceito 5 nas avaliações oficiais têm prioridade no Fies, independentemente da região.

— A histórica desigualdade, notadamente no acesso à educação superior, contribui para que essas regiões apresentem indicadores de escolarização inaceitáveis — afirmou Lasier Martins.